



Fevereiro/2013

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao provimento de cargo de **Auditor do Tribunal de Contas**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

# PROVA OBJETIVA - SELEÇÃO

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala todo material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



**PROVA DE SELEÇÃO (FASE I)**

**Direito Constitucional**

1. No caso de litígio entre Estados-membros sobre a demarcação de suas linhas divisórias,
  - (A) é vedado a seus representantes promover alterações ou compensações de área mediante acordo, arbitramento ou composição, em virtude da indisponibilidade do território que caracteriza a autonomia constitucional assegurada às unidades da federação.
  - (B) a única forma constitucionalmente legítima de um Estado-membro ceder território para outro Estado-membro com o objetivo de solucionar o conflito é mediante procedimento de incorporação ou desmembramento que requer a aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, bem como do Congresso Nacional, por lei complementar.
  - (C) não cabe à União intervir para realizar os trabalhos demarcatórios, pois se trata de questão restrita ao âmbito da autonomia estadual.
  - (D) o texto constitucional não afasta, diferentemente da disciplina reservada aos Municípios, a obtenção de resolução mediante acordo, arbitramento ou composição, autorizando, inclusive, alterações e compensações de área.
  - (E) compete à União determinar os limites das áreas litigiosas, caso tenha decorrido o prazo de três anos, a contar da promulgação da Constituição, sem que os trabalhos demarcatórios tenham sido concluídos pelos Estados-membros.

---

2. Representação interventiva proposta pelo Procurador-Geral da República perante o STF, em face de violação ao princípio constitucional da autonomia municipal,
  - (A) não cabe ser conhecida, pois a autonomia municipal não constitui princípio sensível cuja violação autoriza a decretação de intervenção federal.
  - (B) caso julgada procedente, determina que o teor da decisão seja levado ao conhecimento do Presidente da República para que, no prazo improrrogável de até 15 (quinze) dias, decrete a intervenção federal ou, se for o caso, a suspensão da execução do ato impugnado.
  - (C) observa rito processual que inadmite a concessão de medida liminar.
  - (D) observa rito processual que autoriza o ajuizamento de ação rescisória contra decisão que tenha julgado a representação procedente.
  - (E) constitui modalidade de controle repressivo, principal e abstrato de constitucionalidade.

---

3. Segundo a jurisprudência do STF, há inconstitucionalidade por omissão no caso de
  - (A) lei complementar que regula de forma insuficiente os critérios para rateio do Fundo de Participação dos Estados, em razão de não atender ao objetivo de promover o equilíbrio socioeconômico entre as unidades da federação.
  - (B) ausência de lei complementar que defina indenização compensatória, entre outros direitos, de modo a conferir plena eficácia ao direito fundamental à relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa.
  - (C) falta de regulamentação do regime de trabalho assistido de que trata o art. 4º do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, voltado a menores de 12 a 18 anos que exibam frequência escolar.
  - (D) ausência de disciplina legislativa sobre a exploração de jogos de bingo.
  - (E) legislação civil que confere tratamento normativo insuficiente ao instituto da entidade familiar, excluindo sua incidência sobre as chamadas uniões homoafetivas.

---

4. São constitucionalmente legitimados para o exercício de iniciativa legislativa:
  - (A) o Presidente da República, os membros do Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União e o Superior Tribunal Militar.
  - (B) o Presidente da República, o Superior Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral da República, as Comissões da Câmara dos Deputados e o Conselho Nacional de Justiça.
  - (C) as Comissões do Congresso Nacional, o Procurador-Geral da República, o Tribunal de Contas da União, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
  - (D) o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça e as Comissões do Senado Federal.
  - (E) as Comissões da Câmara dos Deputados, o Procurador-Geral da República, o Tribunal de Contas da União, o Conselho Nacional do Ministério Público e um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.



5. Sobre o financiamento das ações e serviços públicos de saúde por parte dos Estados-membros, é correto afirmar:
- (A) Os Estados-membros têm autonomia para, mediante lei complementar estadual, definir percentual, a ser repassado aos seus municípios, que será deduzido dos recursos mínimos próprios que deve aplicar em ações e serviços de saúde.
- (B) Não ofende o texto constitucional a legislação estadual que condicione o financiamento de serviços públicos de saúde apenas àqueles que não se utilizem de atendimento prestado, em regime privado, por unidades da rede particular de saúde, de modo a direcionar seus recursos às pessoas efetivamente mais carentes.
- (C) Diferentemente do que ocorre com os profissionais da educação escolar pública, têm os Estados-membros autonomia plena para definir os parâmetros de remuneração de seus agentes comunitários de saúde e agentes de combates às endemias, incorrendo em inconstitucionalidade lei federal que estabeleça piso salarial profissional nacional de tais categorias.
- (D) Descabe declarar a inconstitucionalidade de lei estadual que institui, sem prévia dotação orçamentária, novos cargos de agentes de saúde, ficando, contudo, impedida de ser aplicada no restante do exercício financeiro.
- (E) É legítimo à administração estadual recusar-se a financiar medicamento de fornecimento gratuito pelo SUS cuja distribuição seja atribuída em ato normativo específico à esfera da União.
6. Ao examinar as fases históricas de afirmação dos direitos fundamentais, profere Norberto Bobbio a seguinte lição: *no momento em que essas teorias são acolhidas por um legislador, o que ocorre com as Declarações de Direitos dos Estados Norte-americanos e da Revolução Francesa (um pouco depois), e postas na base de uma nova concepção do Estado – que não é mais absoluto e sim limitado, que não é mais fim em si mesmo e sim meio para alcançar fins postos antes e fora de sua própria existência – a afirmação dos direitos do homem não é mais expressão de uma nobre exigência, mas o ponto de partida para a instituição de um autêntico sistema de direitos no sentido estrito da palavra, isto é, enquanto direitos positivos ou efetivos (A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 29).*
- Enquadra-se na concepção de direitos fundamentais que predominava no período mencionado:
- (A) O objeto dos direitos fundamentais consiste em dividir o poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria, efetivando-se pela participação ativa e constante do poder coletivo.
- (B) Não há direitos fundamentais que não tenham base num texto constitucional solene e dotado de caráter normativo.
- (C) A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem.
- (D) Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e das necessidades básicas, foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum.
- (E) O efetivo exercício das liberdades constitucionais depende substantivamente da presença de condições materiais de subsistência que devem ser prestadas pelo poder público.
7. As normas materialmente constitucionais
- (A) não geram vício formal de inconstitucionalidade em caso de violação.
- (B) não cabem ser veiculadas mediante legislação infraconstitucional.
- (C) são dotadas necessariamente de eficácia plena.
- (D) são, como regra, insuscetíveis de desconstitucionalização.
- (E) compõem o núcleo irreformável da Constituição.
8. O art. 207 da Constituição Federal assegura às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. A aplicação dessa norma, na jurisprudência do STF,
- (A) constitui permissivo para que as universidades públicas definam procedimento próprio para a eleição de seus dirigentes, afastando disposição legal que determine fórmula de escolha diversa.
- (B) comporta autorização para que as universidades possam se recusar a serem submetidas a avaliações periódicas mediante a aplicação de exames nacionais com seus alunos, tomando inconstitucionais eventuais penalidades impostas em face do legítimo exercício de tal prerrogativa.
- (C) constitui óbice constitucional à lei estadual que assegura ao aluno, mediante a apresentação de requerimento, o direito de não realizar provas e exercícios escolares em dias considerados de guarda pela religião de que for adepto.
- (D) comporta permissivo a que as universidades estaduais definam internamente a forma de cálculo e a concessão de adicional de insalubridade, aplicando-se apenas em caráter subsidiário a legislação que rege os demais servidores estaduais.
- (E) confere à universidade a prerrogativa de recusar a transferência de aluno oriundo de outra instituição em razão da diferença na qualidade do ensino, ainda que na hipótese legal de deslocamento obrigatório de oficial militar do qual o estudante dependa.
9. Considere:
- I. Apesar do veto presidencial ao dispositivo da Lei nº 9.868/99 que autoriza a participação de *amici curiae* em sede de ação declaratória de constitucionalidade, o STF tem admitido tal prática mediante aplicação analógica do preceito normativo que disciplina a matéria no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade.
- II. Não é cabível a proposição de arguição de descumprimento de preceito fundamental em caso de inconstitucionalidade por omissão com base no requisito legal da subsidiariedade, pois tal infração à Constituição cabe ser impugnada em sede de ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- III. A exemplo do que ocorre com a súmula vinculante, a disciplina constitucional que orienta as decisões de mérito proferidas em sede de ação declaratória de constitucionalidade lhes confere eficácia contra todos e efeito vinculante.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.



10. Considere:

- I. Os cargos de Ministro de Estado são de livre nomeação do Presidente da República, sendo vedado à lei atribuir tal condição a autoridades cujos cargos estão sujeitos à aprovação do Senado Federal, nos termos do art. 52, III, da Constituição.
- II. A conversão em lei de medida provisória sem que o Congresso Nacional tenha promovido alterações em seu texto dispensa a sanção presidencial, cabendo ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional a sua promulgação.
- III. A rejeição pela Câmara dos Deputados de todas as emendas aprovadas pelo Senado Federal, na condição de casa revisora, determina o encaminhamento à sanção presidencial do projeto de lei aprovado originalmente pela Câmara dos Deputados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

11. Sobre o processo e julgamento do Governador de Estado por crime de responsabilidade, é correto afirmar que

- (A) se trata de matéria a ser disciplinada no âmbito da Constituição Estadual.
- (B) cabe aos Estados legislar sobre a matéria, desde que lei complementar da União expressamente autorize.
- (C) se aplica, no que couber, o regime dispensado ao Presidente da República em face do princípio da simetria federativa.
- (D) é, segundo a ordem jurídica vigente, competência da Assembleia Legislativa do Estado julgar o Governador por crime de responsabilidade.
- (E) compete aos Estados, na ausência de legislação federal, dispor sobre a matéria no exercício da competência legislativa plena para atender as suas peculiaridades.

12. Considere:

- I. É vedado ao Presidente da República conceder indulto e comutar penas no caso de condenações pela prática de tortura e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- II. Segundo a jurisprudência do STF, a vedação de liberdade provisória nos crimes hediondos decorre automaticamente da inafiançabilidade determinada pela Constituição Federal.
- III. É vedada a prisão de Deputado Federal ou Senador em caso de flagrante de crime de racismo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I.
- (E) II e III.

13. Considere:

- I. Constitui a assistência social direito fundamental de acesso universal e igualitário às ações e serviços assistenciais prestados pelo Estado.
- II. Em caso de iminente prejuízo aos segurados de entidade de previdência complementar cabe ao poder público destinar recursos públicos a tais entidades, ainda que não figure como seu patrocinador.
- III. O texto constitucional assegura à iniciativa privada a exploração dos serviços de saúde, vedando a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, mesmo em casos de emergências definidas em lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) III.

#### Direito Administrativo

14. O Estado pretende atribuir a particular a construção e operação de uma nova linha de Trem Metropolitano. Os investimentos envolvidos são vultosos, não sendo passíveis de cobertura apenas com a receita tarifária oriunda da exploração do serviço. Outro aspecto importante é que, em face da complexidade da obra, estima-se que a operação e o consequente início da percepção da receita tarifária, somente ocorram em cerca de cinco anos. O modelo contratual que se adéqua à situação narrada é o de concessão

- (A) administrativa, com pagamento da contraprestação pelo Estado na etapa de obras e receita tarifária auferida pelo privado na fase de operação.
- (B) patrocinada, com possibilidade de Aporte do Estado, destinado aos investimentos em bens reversíveis e contraprestação a partir da disponibilização do serviço.
- (C) comum, precedida de obra pública, com percepção de receita tarifária pelo parceiro privado, complementada por Aporte, na fase de obras, e contraprestação na fase de operação.
- (D) patrocinada, admitindo-se o pagamento de contraprestação na fase de operação, em caráter complementar à tarifa, vedado o Aporte de recursos públicos antes da disponibilização dos serviços.
- (E) patrocinada, tendo a Administração como usuária indireta do serviço, a qual arcará integralmente com a remuneração do parceiro privado, mediante o pagamento de contraprestação pecuniária.



15. Em face de convênio de delegação celebrado com a União, o Estado obrigou-se a constituir entidade integrante de sua Administração indireta para atuar como delegatária de serviço público federal, tendo por objeto a exploração comercial do Porto de São Sebastião. Optou pela criação de uma sociedade de economia mista. Essa opção afigura-se
- (A) correta, tendo em vista o regime de direito público a que se submete a entidade.
  - (B) incorreta, eis que a exploração de atividade econômica é prerrogativa de empresas públicas.
  - (C) correta, salvo se a delegação envolver, também, exercício de poder normativo e sancionador, que não se coaduna com o regime de direito privado da entidade.
  - (D) incorreta, eis que a exploração de serviço público mediante regime de delegação deve ser cometida à entidade de direito público.
  - (E) correta, podendo a referida entidade exercer, além da exploração comercial do serviço delegado, atividades de fiscalização e regulação.
- 
16. Empresa controlada pelo Estado, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, com contrato de concessão celebrado ao amparo das Leis Federais nºs 8.987/95 e 9.074/95, considerou que a tarifa estabelecida pelo Poder Concedente para vigorar na hipótese de prorrogação do contrato de concessão não seria suficiente para remunerar os custos de operação, manutenção, encargos setoriais e amortizar os investimentos necessários à manutenção da atualidade dos serviços. De acordo com a legislação mencionada, assegura-se à concessionária o direito de optar por
- (A) não renovação da concessão com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados.
  - (B) renovação automática, pelo prazo necessário à amortização dos investimentos em bens reversíveis, ainda não amortizados.
  - (C) retenção dos bens vinculados à concessão, cujos investimentos não tenham sido indenizados.
  - (D) ressarcimento dos custos com pessoal e manutenção vinculados ao objeto da concessão.
  - (E) encampação do serviço, até a integral recomposição dos investimentos efetivamente comprovados e não amortizados.
- 
17. Tendo em vista a frustração das receitas estimadas pelo Estado na Lei Orçamentária, em face da queda de arrecadação de impostos ensejada pelo cenário econômico, o Estado decidiu implementar programa de alienação de imóveis não afetados a serviço ou atividade pública, com vistas a obter recursos para investimentos em setores prioritários. De acordo com as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/93,
- (A) o procedimento licitatório poderá ser dispensado, caracterizando-se situação de emergência, desde que os imóveis sejam alienados por valor de mercado.
  - (B) poderá ser adotada a modalidade leilão, independentemente da forma de aquisição dos imóveis, e a alienação deverá ser precedida de laudo de avaliação individualizado.
  - (C) deverá ser adotada a modalidade concorrência, precedida de prévia avaliação individualizada dos imóveis, dispensada esta última para os imóveis obtidos em processo de execução judicial.
  - (D) o procedimento licitatório poderá ser dispensado para os imóveis de valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), podendo-se adotar a avaliação por lotes quando se tratar de imóveis remanescentes de desapropriações.
  - (E) poderão ser adotadas as modalidades leilão ou concorrência para os imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimento judicial ou de dação em pagamento, precedida de avaliação dos imóveis a serem alienados.
- 
18. Fundação instituída e mantida pelo Poder Público concedeu vantagem remuneratória aos integrantes de seu conselho curador em desacordo com a legislação aplicável, extrapolando o limite máximo ("teto") estabelecido na Constituição Federal. O órgão responsável pelo controle interno do Poder Executivo constatou a referida irregularidade, notificando o dirigente da Fundação para a adoção das providências cabíveis. Nesse caso,
- (A) o dirigente deverá promover a anulação do ato ilegal, com efeito *ex tunc*.
  - (B) a autoridade poderá revogar o ato e, não o fazendo, caberá ao controle interno representar ao Tribunal de Contas para sustar os efeitos do ato.
  - (C) a autoridade deverá anular o ato, sem efeito retroativo, este que somente poderá ser obtido pela via judicial.
  - (D) o controle interno deverá representar à Procuradoria Geral do Estado para promover a anulação do ato, que somente é possível pelo Poder Judiciário.
  - (E) a autoridade deverá revogar o ato, mediante procedimento administrativo que assegure a participação dos beneficiários.
- 
19. Em procedimento licitatório para a contratação de obras, consistentes na construção de diversas unidades prisionais, na Capital e no interior, o Estado objetiva estabelecer exigências aos licitantes que assegurem que o vencedor possua condições econômicas e técnicas para a perfeita realização do objeto. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, o Edital poderá conter exigência de
- (A) garantia de proposta, limitada a cinco por cento do valor estimado da contratação.
  - (B) apresentação de metodologia de execução, que será avaliada subsequentemente à análise dos preços.
  - (C) capital ou patrimônio líquido mínimo não superior a dez por cento do valor estimado da contratação.
  - (D) comprovação de valores mínimos de faturamento anterior, índices de liquidez ou rentabilidade.
  - (E) preferência em razão da sede ou domicílio do licitante e sua proximidade com os locais de execução das obras.



20. O Poder Executivo estadual instituiu regime de previdência complementar destinado aos servidores titulares de cargos efetivos, submetidos ao regime estatutário, bem como aos integrantes de autarquias, regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho. A instituição do referido regime e disponibilização aos servidores da Administração direta e autárquica de plano de previdência complementar
- (A) importa a aplicação, para o valor das aposentadorias e pensões dos servidores estatutários, do limite máximo estabelecido para o regime geral de previdência social.
  - (B) importa a aplicação, apenas para os servidores submetidos à Consolidação das Leis do Trabalho, do limite máximo estabelecido para o regime geral de previdência social.
  - (C) determina a obrigatoriedade de instituição de regime único para os servidores estatutários e celetistas, administrado por uma única entidade gestora.
  - (D) afasta a aplicação, para os servidores estatutários, de percepção de benefícios na modalidade contribuição definida.
  - (E) afasta a aplicação, para os servidores celetistas, de benefícios na modalidade contribuição definida com participação, no respectivo custeio, do ente público empregador.
- 
21. A Emenda Constitucional nº 19, de 1998, instituiu a possibilidade de ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta mediante
- (A) celebração de contrato de programa, estabelecendo indicadores de qualidade e metas de redução de custos.
  - (B) contrato de gestão, firmado entre os administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
  - (C) edição de decreto do Poder Executivo atribuindo a qualificação de agência executiva ao órgão ou à entidade.
  - (D) instituição de programa de qualidade, com compromisso de redução de custos e aumento de eficiência.
  - (E) consórcio público, envolvendo o órgão ou a entidade e o Poder Executivo, com o estabelecimento de ações compartilhadas voltadas à melhoria de eficiência e redução de custos.
- 
22. Determinado município pretende outorgar à iniciativa privada a prestação de serviço público de transporte de passageiros em linhas de ônibus. Considerando a disciplina legal da matéria, a prestação do serviço por entidades privadas
- (A) somente é admitida sob regime de concessão, com prazo determinado, precedida de lei específica e licitação na modalidade concorrência.
  - (B) depende de lei específica, autorizando a transferência da titularidade do serviço à iniciativa privada.
  - (C) é admitida sob o regime de concessão, em caráter precário, ou por permissão, quando ensejar subsídio do poder concedente.
  - (D) somente é admitida em caráter subsidiário e precário, mediante permissão ou autorização.
  - (E) é admitida sob o regime de concessão ou permissão, precedida, em qualquer caso, de licitação.
- 
23. De acordo com a Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público. Tal comando constitucional traz como consequência a antijuridicidade do provimento de cargo público mediante
- (A) transposição.
  - (B) readaptação.
  - (C) reversão.
  - (D) aproveitamento.
  - (E) recondução.
- 
24. A Administração celebrou, com base na Lei nº 8.666/93, contrato de obras para a ampliação de rodovia. No curso da execução do contrato, em face de contingenciamento de recursos orçamentários, deixou de efetuar os pagamentos pelas etapas já executadas pelo contratado. De acordo com as disposições dessa Lei, o contratado
- (A) somente poderá suspender a execução dos serviços mediante decisão judicial.
  - (B) poderá rescindir o contrato, unilateralmente, quando o atraso dos pagamentos ensejar desequilíbrio econômico do contrato.
  - (C) poderá executar as garantias ofertadas pela Administração, se decorridos mais de sessenta dias de atraso dos pagamentos.
  - (D) poderá suspender o cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, se o atraso dos pagamentos for superior a noventa dias.
  - (E) poderá valer-se da regra da *exceptio non adimpleti contractus*, para paralisar, decorridos mais de trinta dias de atraso, a execução das obras.



25. A respeito dos poderes da Administração pública e princípios a ela aplicáveis, é correto afirmar:
- (A) O poder hierárquico contempla a sujeição de entidades integrantes da Administração indireta ao ente instituidor, também denominado tutelar.
  - (B) A autotutela corresponde ao poder da Administração de avocar competências atribuídas a ente descentralizado, quando verificado desvio de suas finalidades institucionais.
  - (C) A tutela corresponde ao controle exercido pela Administração sobre entidade integrante da Administração indireta, com o objetivo de garantir a observância de suas finalidades institucionais.
  - (D) O poder regulamentar ou normativo enseja a prerrogativa da Administração de impor aos particulares, administrativamente, restrições ao exercício de direitos e atividades.
  - (E) O poder disciplinar autoriza a Administração a aplicar a servidores e particulares, com ou sem vínculo com a Administração, penalidades e sanções previstas em lei.
- 
26. A Lei Federal nº 12.462/2011, que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituiu novo regime para execução indireta de obras e serviços de engenharia, denominado “contratação integrada”, com condições e procedimentos específicos. É INCORRETO afirmar que o referido regime
- (A) demanda, no correspondente procedimento licitatório, a adoção do critério de julgamento técnica e preço.
  - (B) dispensa a obrigatoriedade de projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar da licitação.
  - (C) deve ser adotado preferencialmente nas licitações e contratações de obras e serviços de engenharia submetidas ao RDC, assim como a empreitada por preço global e a empreitada integral.
  - (D) admite a realização das obras e serviços contratados sem projeto executivo, bastando a comprovação das condições de segurança, solidez e durabilidade.
  - (E) deverá conter, no instrumento convocatório, anteprojeto de engenharia que contemple os documentos técnicos destinados a possibilitar a caracterização da obra ou serviço.

#### Direito Financeiro

27. Em operação de crédito, atendendo aos requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado-membro deve conceder garantia. Neste caso,
- (A) a operação referida será realizada no âmbito da iniciativa privada, não havendo limitação constitucional ou legal para a hipótese.
  - (B) a garantia concedida pelo Estado-membro pode ser prestada pela União, mas está condicionada à prestação de contragarantia a esta, que pode ser a vinculação de receita de imposto de competência estadual.
  - (C) o Estado-membro pode vincular receita proveniente de tributos de sua competência diretamente à instituição financeira que venha a figurar como credora na operação de crédito realizada pelo ente.
  - (D) o Estado-membro está dispensado de oferecer contragarantia quando a União presta garantia em seu favor, por expressa previsão na Lei de Responsabilidade Fiscal.
  - (E) o Congresso Nacional deve autorizar a União a conceder garantia em favor do Estado-membro, sob pena de nulidade da operação de crédito, salvo quando se tratar de garantia assegurada por contragarantia.
- 
28. Determinado Estado-membro realizou operação de crédito com uma instituição financeira privada em valor que ultrapassou as despesas de capital, na forma de crédito extraordinário, para cobrir despesas decorrentes de investimento público na área de geração de energia. Neste caso, é correto afirmar que
- (A) a operação de crédito atende plenamente às exigências constitucionais e legais.
  - (B) existe vedação constitucional para operação de crédito que exceda o montante das despesas correntes, o mesmo não acontecendo em relação às despesas de capital.
  - (C) esta operação de crédito só poderia ocorrer na forma de crédito suplementar, desde que aprovada pelo Poder Legislativo com *quorum* de 2/3, hipótese em que estaria perfeita à luz da Constituição Federal.
  - (D) é vedada constitucionalmente operação de crédito que exceda o montante das despesas de capital, salvo se autorizadas por crédito suplementar ou especial e aprovada pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
  - (E) operação de crédito que tenha por objeto crédito extraordinário não pode ser contratada com instituição financeira privada, por expressa vedação constitucional.

29. As receitas provenientes de foro de terreno de marinha e de juros e dividendos de ações de sociedade de economia mista classificam-se como
- (A) patrimonial.
  - (B) ingresso.
  - (C) derivada.
  - (D) de capital.
  - (E) investimento.



30. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, dentro do mecanismo de fiscalização da gestão fiscal, o Tribunal de Contas de determinado Estado observou que o Poder Judiciário estadual está muito próximo do limite de despesa com pessoal. Neste caso, deve o Tribunal de Contas emitir alerta quando o montante da despesa com pessoal ultrapassar
- (A) em 2% o limite estabelecido em lei.
  - (B) em 5% o limite máximo estabelecido por lei.
  - (C) em 10% o limite máximo estabelecido por lei.
  - (D) 75% do limite estabelecido por lei.
  - (E) 90% do limite estabelecido por lei.
31. Quando da análise das contas públicas prestadas por Município, foi constatada a realização de inúmeras despesas públicas previstas no orçamento. Pode ser considerada irregular uma despesa
- (A) contratual, sujeita a parcelamento, com empenho global.
  - (B) cujo montante não se possa determinar, com empenho por estimativa.
  - (C) com dispensa de empenho, quando esta excede o limite de crédito concedido.
  - (D) com dispensa de nota de empenho, em casos especiais previstos em legislação específica.
  - (E) empenhada no último semestre do mandato do prefeito municipal.
32. NÃO é hipótese de dívida pública consolidada:
- (A) apuração do total das obrigações financeiras do ente da Federação para amortização por prazo superior a 12 (doze) meses.
  - (B) compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
  - (C) a emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.
  - (D) as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.
  - (E) os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, para fins de aplicação dos limites.
33. Para garantir a plena fiscalização orçamentária, a Constituição Federal prevê sistemas de controle interno e externo da execução do orçamento. Quanto aos mencionados sistemas, é correto afirmar:
- (A) O controle externo é exercido exclusivamente pelo Poder Legislativo e tem por fim verificar a probidade da Administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.
  - (B) O controle interno é exercido de forma integrada no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e, dentre suas finalidades, está o exercício do controle das operações de crédito.
  - (C) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária.
  - (D) Decorre do controle externo o dever do Poder Executivo, semestralmente, prestar contas ao Poder Legislativo, nos prazos previstos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios.
  - (E) O controle interno compreende a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária, a qual será sempre prévia ou subsequente.
34. *A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei (art. 165, § 8º, da CF).*
- Este dispositivo refere-se ao princípio da
- (A) exclusividade, o qual é exceção a autorização de abertura de créditos adicionais destinados a reforço de dotação orçamentária.
  - (B) programação, o qual é exceção a autorização de abertura de créditos adicionais destinados a sanar despesas insuficientemente dotadas no orçamento.
  - (C) transparência orçamentária, o qual é exceção a autorização de abertura de créditos adicionais destinados a sanar despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
  - (D) transparência orçamentária, o qual é exceção a autorização de abertura de créditos adicionais destinados a sanar despesas insuficientemente dotadas no orçamento.
  - (E) exclusividade, o qual é exceção a autorização de abertura de créditos adicionais destinados a sanar despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
35. *Existem os empréstimos públicos a curto e a longo prazo, conforme o reembolso se dê no mesmo ou no exercício financeiro subsequente ao que foram contraídos.* (HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 106).
- Determinado Estado-membro obtém empréstimo com prazo de resgate superior a 12 meses. O crédito obtido pelo ente federado refere-se à dívida
- (A) flutuante, já que foi contraída para pagamento a longo prazo.
  - (B) flutuante, já que foi contraída para pagamento a curto prazo.
  - (C) fundada, já que foi contraída para pagamento por prazo superior a um exercício financeiro.
  - (D) fundada, já que o crédito foi contraído para pagamento dentro do exercício financeiro.
  - (E) flutuante ou fundada, já que esta classificação não mantém relação com o prazo para resgate do crédito.
36. De acordo com a classificação adotada pela Lei nº 4.320/64, a despesa decorrente do pagamento de juros da dívida pública se caracteriza como despesa
- (A) corrente de custeio.
  - (B) de capital decorrente de inversões financeiras.
  - (C) de capital decorrente de transferência de capital.
  - (D) de capital decorrente de investimentos.
  - (E) corrente de transferência corrente.





37. Determinado Prefeito Municipal fez a transposição de recursos dotados da educação para a saúde, sem autorização legislativa. A situação fere o princípio da
- (A) universalidade, que comina que todas as receitas e despesas deverão figurar em bruto no orçamento, sem quaisquer deduções.
  - (B) responsabilidade na gestão fiscal, que veda a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
  - (C) responsabilidade na gestão fiscal, que comina que todas as receitas e despesas deverão estar contidas no orçamento.
  - (D) proibição de estorno de verbas, que veda a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
  - (E) proibição de estorno de verbas, que comina que todas as receitas e despesas deverão figurar em bruto no orçamento, sem quaisquer deduções.

38. Consoante artigo 165 da Constituição Federal há três leis orçamentárias, todas de iniciativa do Executivo: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Sobre elas, é correto afirmar:

- (A) O Plano Plurianual (PPA), cuja lei instituidora vigora durante um triênio, estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (B) São anuais as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento Anual (LOA). O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- (C) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem natureza de lei complementar e compreende as metas e prioridades da Administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orienta a elaboração da lei orçamentária anual; dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (D) A vigência da Lei Orçamentária Anual (LOA) não coincide com o exercício financeiro. Já a da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) coincide.
- (E) O projeto do Plano Plurianual (PPA) deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até oito meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato do Chefe do Poder Executivo e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

### Controle Externo

39. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete
- (A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
  - (B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, excluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
  - (C) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
  - (D) realizar, por iniciativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, vedada a iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
  - (E) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, independentemente dos termos do tratado constitutivo.
40. O Tribunal de Contas da União NÃO tem competência para
- (A) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei complementar, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
  - (B) prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
  - (C) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
  - (D) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
  - (E) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.



<p>41. O Tribunal de Contas da União</p> <p>(A) tem poder para anular ou sustar contratos administrativos independentemente de comunicação ao Congresso Nacional.</p> <p>(B) tem competência para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação de que se originou.</p> <p>(C) no exercício da competência de controle externo da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadorias, reformas e pensões, submete-se ao prazo decadencial da Lei nº 9.784/99, iniciando-se o prazo quinquenal após a publicação do registro na imprensa oficial.</p> <p>(D) desempenha função quase jurisdicional, de modo que eventual decisão sua sobre as contas da Administração pública constitui condição de punibilidade dos crimes da Lei de Licitações.</p> <p>(E) ao julgar a legalidade da concessão de aposentadoria exercita controle externo, ao qual é imprescindível o contraditório.</p>	<p>44. NÃO se inclui dentre as competências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo</p> <p>(A) fiscalizar a aplicação de recursos federais repassados ao Estado e pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.</p> <p>(B) avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.</p> <p>(C) emitir parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, exceto a dos que tiverem Tribunal próprio.</p> <p>(D) comunicar à Assembleia Legislativa qualquer irregularidade verificada nas contas ou na gestão públicas, enviando-lhe cópia dos respectivos documentos.</p> <p>(E) julgar renúncia de receitas, contratos, ajustes, acordos e atos jurídicos congêneres.</p>
<p>42. É correto afirmar que</p> <p>(A) o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo permite que Câmara da Corte decida sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato do Poder Público por ocasião do julgamento de qualquer feito.</p> <p>(B) a Súmula nº 347 do Supremo Tribunal Federal dispõe que o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público, mas está – a referida Súmula nº 347 – com sua subsistência sujeita à reavaliação do Supremo.</p> <p>(C) a questão de inconstitucionalidade incidental a feito sob julgamento de Tribunal de Contas não pode ser suscitada de ofício.</p> <p>(D) a decisão do Tribunal de Contas que conclui pela inconstitucionalidade de lei ou ato do Poder Público impede que Câmara volte a suscitar novo pronunciamento sobre a mesma matéria.</p> <p>(E) as decisões do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo constarão de resoluções quando se tratar de incidente de inconstitucionalidade.</p>	<p>45. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada Estado, não poderá exceder a sessenta por cento da respectiva receita corrente líquida. A repartição deste limite global NÃO poderá exceder o percentual de</p> <p>(A) dois inteiros e cinco décimos por cento para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.</p> <p>(B) um por cento para o Tribunal de Contas do Estado.</p> <p>(C) dois por cento para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.</p> <p>(D) três por cento para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.</p> <p>(E) dois por cento para o Tribunal de Contas do Estado.</p>
<p>43. Segundo a literalidade da Constituição do Estado de São Paulo, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam, dentre outros, o seguinte requisito: notórios conhecimentos jurídicos,</p> <p>(A) contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.</p> <p>(B) contábeis e econômicos ou de administração pública.</p> <p>(C) contábeis, financeiros e de administração pública.</p> <p>(D) econômicos, financeiros e de administração pública.</p> <p>(E) contábeis, econômicos, financeiros e de administração pública.</p>	<p>46. A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que</p> <p>(A) as contas do Poder Judiciário serão apresentadas, no âmbito dos Estados, pelos Governadores, consolidando as dos demais tribunais.</p> <p>(B) os Tribunais de Contas entrarão em recesso independentemente da existência de contas de Poderes de parecer prévio.</p> <p>(C) o prazo para os Tribunais de Contas emitirem parecer prévio conclusivo sobre as contas será de cento e vinte dias do recebimento, no caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes.</p> <p>(D) o parecer sobre as contas do Tribunal de Contas da União será proferido no prazo de quinze dias do recebimento pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.</p> <p>(E) os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.</p>



47. Segundo a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, NÃO é hipótese de julgamento reservado:
- (A) processos de prestação de contas de adiantamento destinados a diligências policiais de caráter reservado, inclusive a fazendária proteção às testemunhas, quando solicitado pelos respectivos Relatores.
  - (B) quaisquer matérias, a pedido fundamentado da Administração, do Ministério Público, da Procuradoria da Fazenda do Estado e decisão do Presidente.
  - (C) apreciação de matérias que envolvam possível aplicação de penalidade a servidores do Tribunal.
  - (D) qualquer assunto, por proposta do Presidente ou Conselheiro.
  - (E) qualquer assunto, por proposta do Presidente da Assembleia Legislativa.

48. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com jurisdição, competência, atribuições e composição conferidas pela Constituição Estadual e pela legislação pertinente, compreende
- (A) os órgãos deliberativos: Tribunal Pleno, Primeira, Segunda e Terceira Câmaras, Julgador Singular.
  - (B) os órgãos de administração superior: Presidência, Primeira e Segunda Vice-Presidências, Corregedoria.
  - (C) o órgão especial: corpo de Auditores do Tribunal de Contas.
  - (D) os órgãos de direção, supervisão e controle: Secretaria Geral, Secretaria de Informática.
  - (E) o órgão auxiliar: Gabinete Contábil da Presidência.

49. A teor do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é do Tribunal Pleno a competência para
- (A) apreciar as matérias apartadas dos pareceres prévios sobre contas municipais.
  - (B) julgar os contratos, convênios ou atos jurídicos análogos e respectivos aditivos celebrados pela administração estadual e municipal.
  - (C) julgar as contas anuais das fundações mantidas ou instituídas pelo Poder Público municipal.
  - (D) julgar as prestações de contas de adiantamentos destinados a verba de representação.
  - (E) julgar exceções de suspeição.

50. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, do sistema de auditoria do Sistema Único de Saúde – SUS, do órgão de controle interno e do Conselho de Saúde de cada ente da Federação, fiscalizará o cumprimento das normas da Lei Complementar nº 141/2012, com ênfase no que diz respeito
- (A) à elaboração e execução do Plano de Saúde Anual.
  - (B) ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na Lei Orçamentária Anual.
  - (C) à aplicação dos recursos mínimos, públicos ou não, em ações e serviços públicos e privados de saúde.
  - (D) às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde.
  - (E) à aplicação dos recursos, públicos e privados, vinculados e não vinculados ao SUS.

### Direito Tributário

51. Diante de uma catástrofe em região serrana de determinado Estado, foi concedida a dilação do prazo para pagamento do IPVA incidente sobre veículos automotores emplacados nos municípios atingidos pela situação de calamidade pública, passando a ser devido referido imposto até o último dia útil do corrente exercício financeiro. No mesmo ato, o Estado também concedeu isenção de IPTU aos imóveis localizados nas regiões afetadas pela situação. Nesse caso,
- I. a dilação do prazo para pagamento do IPVA caracteriza moratória, causa de exclusão do crédito tributário.
  - II. a isenção concedida pelo Estado-membro é inconstitucional, por não possuir competência para conceder isenção sobre imposto municipal.
  - III. foi concedida moratória regional, revestindo-se de caráter geral para determinada região.
  - IV. é inadmissível a concessão de isenção a determinada região da entidade tributante, salvo na hipótese apresentada, por se tratar de isenção heterônoma.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) II e III.

52. Ao prever a lei de determinado tributo que será atribuído ao sujeito passivo da obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, estar-se-á diante de

- (A) fato gerador pendente.
- (B) fato gerador futuro.
- (C) substituição tributária para frente.
- (D) substituição tributária para trás.
- (E) lançamento a certo período de tempo.

53. A majoração da base de cálculo do IPVA e do IPTU é exceção, dentre outras, à regra da

- (A) legalidade.
- (B) anterioridade nonagesimal.
- (C) anterioridade anual.
- (D) irretroatividade da lei tributária.
- (E) vedação ao confisco.



54. É vedada a limitação ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais. A proibição refere-se ao princípio da

- (A) não discriminação em razão da procedência ou destino, que deve ser observado por todos os entes federados, tendo como exceção a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- (B) liberdade do tráfego de pessoas e bens, que deve ser observado por todos os entes federados, tendo como exceção a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- (C) liberdade do tráfego de pessoas e bens, sendo direcionado unicamente à União, Estados e Distrito Federal, tendo como exceção a cobrança do pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- (D) não discriminação em razão da procedência ou destino, que deve ser observado por todos os entes federados, não contemplando exceção.
- (E) não discriminação em razão da procedência ou destino, que deve ser observado pela União, Estados e Distrito Federal, tendo como exceção a cobrança do pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.

55. *Uma coisa é poder de legislar, desenhando o perfil jurídico de um gravame ou regulando os expedientes necessários à sua funcionalidade; outra é reunir credenciais para integrar a relação jurídica, no tópico do sujeito ativo.* (CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 271).

O trecho transcrito faz alusão, respectivamente, a:

- (A) capacidade tributária passiva e competência tributária.
- (B) capacidade tributária passiva e capacidade tributária ativa.
- (C) competência tributária e obrigação tributária.
- (D) capacidade tributária ativa e obrigação tributária.
- (E) competência tributária e capacidade tributária ativa.

56. Determinado contribuinte ingressa com Ação Anulatória de Débito Fiscal com pedido de tutela antecipada e efetua o depósito do valor que entende devido, não correspondente a importância integral do Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) que pretende anular. Concedida a antecipação da tutela requerida e expedido mandado de citação, a exigibilidade do crédito tributário estará suspensa em razão

- (A) da concessão da tutela antecipada.
- (B) do depósito do montante que o autor entende devido.
- (C) do pedido de tutela antecipada.
- (D) da propositura da Ação Anulatória de Débito Fiscal.
- (E) do pagamento.

### Direito Penal

57. A respeito da relação de causalidade, é INCORRETO afirmar:

- (A) Se o evento resultou de causa absolutamente independente, o agente por ele responde a título de culpa.
- (B) Concausa é a confluência de uma causa na produção de um mesmo resultado, estando lado a lado com a ação do agente.
- (C) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado, imputando-se, porém, os fatos anteriores a quem os praticou.
- (D) O Código Penal brasileiro considera causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- (E) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.

58. No que concerne aos crimes consumado e tentado, é correto afirmar:

- (A) Há crime consumado quando o agente praticou todos os atos necessários à consumação do delito, que não ocorreu por circunstâncias alheias à sua vontade.
- (B) A cogitação não externada a terceiros da prática de um delito só é punível a título de culpa.
- (C) O crime de peculato culposo não admite tentativa.
- (D) Por ser a tentativa a realização incompleta do tipo penal, no crime tentado não há tipicidade.
- (E) A consumação do crime de concussão ocorre com o recebimento da vantagem indevida.

59. O crime de prevaricação

- (A) exige que, quando praticado para satisfazer sentimento pessoal, tal sentimento seja antissocial, imoral ou torpe.
- (B) pode ser reconhecido quando o ato que deixou de ser praticado refoge ao âmbito da competência funcional do servidor.
- (C) é punível na forma culposa quando o servidor agiu com negligência, indolência ou preguiça.
- (D) não se caracteriza quando o ato, apesar da inexistência de previsão legal a respeito, é praticado contra a moral e os bons costumes.
- (E) exige que, quando praticado para satisfazer interesse pessoal, tal interesse seja de ordem patrimonial.

60. O crime de corrupção ativa

- (A) caracteriza-se mesmo que a oferta de vantagem indevida seja feita após a prática do ato de ofício.
- (B) deixa de existir quando a vantagem indevida é aceita pelo funcionário público, caracterizando-se, nesse caso, apenas o delito de corrupção passiva.
- (C) caracteriza-se quando o agente coloca faixas e cartazes oferecendo recompensa em dinheiro para quem informar o autor do furto de seu veículo.
- (D) não se caracteriza quando o agente se limita a pedir ao funcionário público que pratique, omita ou retarde ato de ofício.
- (E) é punido na forma culposa quando a promessa de vantagem indevida tiver sido feita por imprudência.



<p>61. José foi processado e condenado por crime previsto em lei vigente à época do fato delituoso. Posteriormente, entraram em vigor duas leis: a primeira reduziu a pena prevista para o delito; a segunda o aboliu. Nesse caso, em relação à condenação imposta a José, se a sentença já tiver transitado em julgado,</p> <p>(A) as duas leis novas retroagem.          (B) apenas a lei que aboliu o delito retroage.          (C) apenas a lei que reduziu a pena prevista para o delito retroage.          (D) as duas leis novas não retroagem.          (E) as duas leis só retroagem se contiverem norma expressa prevendo a aplicação a casos pretéritos.</p>	<p>65. O negócio jurídico simulado</p> <p>(A) é nulo, invalidando sempre o que dissimulou.          (B) não pode ser pronunciado de ofício.          (C) convalesce com o decurso do tempo.          (D) não pode ser confirmado pela vontade das partes.          (E) pode ser invalidado somente se o requerer aquele a quem prejudica.</p>
<p>62. O crime de coação no curso do processo</p> <p>(A) não se caracteriza quando da violência empregada contra testemunha para forçá-la a não dizer a verdade não resultaram lesões corporais.          (B) só pode ser praticado pelas partes, jamais por estranhos à relação processual ou pelo advogado de qualquer delas.          (C) exige apenas o dolo genérico, sendo desnecessária a finalidade de favorecer interesse próprio ou alheio.          (D) não se caracteriza quando o autor do delito ameaça de morte o escrivão de polícia no curso do inquérito policial, com o fim de impedir o seu indiciamento.          (E) consuma-se com a prática da violência ou grave ameaça, pouco importando se o agente conseguiu ou não a abstenção ou omissão da vítima em declarar ou apurar a verdade.</p>	<p>66. A prescrição</p> <p>(A) somente pode ser conhecida no primeiro grau de jurisdição.          (B) não corre pendendo condição resolutiva.          (C) poderá ser interrompida, em relação a uma mesma pretensão, tantas quantas forem as causas de interrupção.          (D) pode ser interrompida por ato do devedor.          (E) é suspensa pelo protesto cambial.</p>
<p><b>Direito Civil</b></p>	<p>67. De acordo com o Código Civil, NÃO constitui ilícito o ato</p> <p>(A) legal, porém abusivo.          (B) culposo, mas não danoso.          (C) praticado no exercício irregular de um direito reconhecido.          (D) contrário aos bons costumes.          (E) ilegal e danoso.</p>
<p>63. A lei nova é aplicada, em regra,</p> <p>(A) a partir do início de sua vigência, respeitando, porém, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.          (B) a partir do início de sua vigência, independentemente da existência de direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.          (C) a partir da publicação, inclusive durante o prazo de <i>vacatio legis</i>, respeitando, porém, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.          (D) retroativamente, independentemente da existência de direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.          (E) retroativamente, respeitando, porém, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.</p>	<p>68. Em relação aos bens, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os melhoramentos sobrevivendo ao bem consideram-se benfeitorias, mesmo que sem a intervenção do proprietário, do possuidor ou do detentor.          (B) Os negócios atinentes ao principal sempre abrangem as pertenças.          (C) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, atendidas as exigências da lei.          (D) Os bens públicos estão sujeitos à usucapião.          (E) As energias que tiverem valor econômico consideram-se imóveis.</p>
<p>64. De acordo com o Código Civil,</p> <p>(A) o silêncio sempre importa anuência.          (B) nas declarações de vontade, deve-se atender, primordialmente, ao sentido literal da linguagem.          (C) os negócios jurídicos benéficos são interpretados restritivamente.          (D) considera-se inexistente a manifestação de vontade quando o declarante houver feito reserva mental de não querer o que manifestou, tenha ou não conhecimento da reserva mental do destinatário.          (E) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme os usos do lugar de sua celebração, salvo se envolverem pessoa jurídica de direito público.</p>	<p><b>Teoria Geral do Processo</b></p> <p>69. No tocante à natureza jurídica do processo, <i>Bulow</i>, em 1868, em seu livro "<i>Teoria dos pressupostos processuais e das exceções dilatórias</i>" expôs a teoria do processo como</p> <p>(A) relação jurídica processual.          (B) quase contrato.          (C) situação jurídica.          (D) contrato.          (E) instituição.</p>



70. Considere os seguintes atos processuais:

- I. Desistência do processo.
- II. Pagamento das custas.
- III. Exibição de documentos.
- IV. Convenção para suspensão do processo.

No tocante à Classificação dos atos processuais praticados pelas partes, são atos dispositivos os indicados APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.

71. Em matéria de Teoria Geral do Processo, no tocante às Provas, é certo que

- (A) o sistema em que o juiz forma o seu convencimento dentro dos critérios coerentes que devem ser indicados é o da *valoração secundum conscientiam*.
- (B) os poderes de iniciativa do juiz com relação à prova dos fatos controvertidos, seja no processo penal ou no processo civil, têm importante reflexo na relevância da distribuição do ônus da prova.
- (C) o ônus da prova, em regra, não recai sobre aquele a quem aproveita o reconhecimento do fato.
- (D) os fatos incontroversos, em regra, dependem de prova.
- (E) o sistema em que a lei fixa detalhadamente o valor a ser atribuído a cada meio de prova é o da chamada *persuasão racional*.

72. Com relação à Ação, a teoria segundo a qual a *ação seria uma qualidade de todo direito ou o próprio direito reagindo a uma violação* é a

- (A) imanentista.
- (B) do direito concreto à tutela jurídica.
- (C) do direito abstrato de agir.
- (D) do direito de fazer agir do Estado.
- (E) do direito subjetivo instrumental próprio.

73. Marco Aurélio, juiz de direito da X Vara Cível da Capital, recebeu hoje três processos ajuizados recentemente. No processo "1", Carmelita, sua sobrinha neta, é a parte autora de uma ação de cobrança ajuizada em face do Banco Z. No processo "2", Milano, seu sobrinho neto, é o advogado da parte ré, o Banco Y. No processo "3", Ronaldo, faxineiro do prédio em que Marco Aurélio reside, é o autor de ação de cobrança ajuizada em face do Banco W. Nestes casos, segundo preconizado no Código de Processo Civil brasileiro, Marco Aurélio está impedido de exercer suas funções

- (A) apenas no processo 3.
- (B) em todos os processos.
- (C) apenas no processo 1.
- (D) apenas nos processos 1 e 2.
- (E) em nenhum dos processos.



### Contabilidade Geral e Gestão Pública

74. A Empresa Corrente S.A. apresentou, em 31/12/2011, as seguintes demonstrações contábeis:

**Balanco Patrimonial (em reais)**

<b>Ativo</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/12/11</b>	<b>Passivo</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/12/11</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>240.000</b>	<b>434.000</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>160.000</b>	<b>212.000</b>
Disponível	100.000	314.000	Fornecedores	160.000	119.000
Duplicatas a Receber	140.000	120.000	IR/CSLL a pagar	-	93.000
			<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>210.000</b>	<b>225.000</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>450.000</b>	<b>446.000</b>	Empréstimos	210.000	225.000
Investimento	150.000	156.000			
Imobilizado	300.000	290.000	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>320.000</b>	<b>443.000</b>
Edifícios	300.000	300.000	Capital Social	300.000	310.000
Deprec. Acum. Edifícios		(10.000)	Reservas de Lucros	20.000	133.000
<b>Total do Ativo</b>	<b>690.000</b>	<b>880.000</b>	<b>Total do Passivo + PL</b>	<b>690.000</b>	<b>880.000</b>

**Demonstração do Resultado do Exercício de 2011 (em reais)**

Receita Bruta de Vendas	850.000
(-) Impostos sobre Vendas	(153.000)
(=) Receita Líquida de Vendas	697.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(344.000)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>353.000</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(58.000)
Despesa de Depreciação	(10.000)
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.000
Despesa Financeira	(15.000)
<b>Lucro antes do IR e CSLL</b>	<b>276.000</b>
Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(93.000)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>183.000</b>

Com base nas demonstrações da Empresa Corrente S.A. e sabendo que houve distribuição e pagamento de dividendos de 70.000, e que as despesas financeiras não foram pagas, o fluxo de caixa gerado pelas Atividades Operacionais foi, em reais,

- (A) 202.000.
- (B) 274.000.
- (C) 280.000.
- (D) 295.000.
- (E) 316.000.

75. Uma empresa adquiriu, em 31/12/2010, um equipamento por R\$ 220.000,00, à vista. A vida útil econômica estimada deste equipamento na data de aquisição foi de 8 anos e o valor residual de R\$ 20.000,00. Em 31/12/2011, após um ano de uso, a empresa vendeu este equipamento, à vista, por um preço líquido de vendas de R\$ 200.000,00. Com base nestas informações, o resultado obtido com a venda deste equipamento, apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício, foi, em reais,

- (A) 0 (zero).
- (B) 25.000, evidenciado em Outras Receitas Operacionais.
- (C) 20.000, evidenciado em Outras Despesas Operacionais.
- (D) 7.500, evidenciado em Outras Receitas com Vendas.
- (E) 5.000, evidenciado em Outras Receitas Operacionais.



76. A Cia. ABC atua na compra e venda de produtos importados. Seu Balancete apresentava, em 30/09/2012, os seguintes saldos:

Disponível: R\$ 80.000,00

Aplicações Financeiras: R\$ 30.000,00

Clientes: R\$ 60.000,00

Estimativa para Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa: R\$ 3.000,00

Capital Social: R\$ 160.000,00

Fornecedores: R\$ 7.000,00

Durante o mês de outubro de 2012, a Cia ABC realizou as seguintes operações:

Data	Operação
03/10/12	Recebimento antecipado de R\$ 20.000,00 de um cliente, para entrega futura de produtos.
10/10/12	O Cliente Alfa, que devia R\$ 1.500,00, foi considerado incobrável pela Cia. ABC.
15/10/12	Recebimento de Clientes no valor de R\$ 4.000,00.
31/10/12	Compra de um equipamento, por meio de arrendamento mercantil financeiro, para ser pago em 25 prestações mensais postecipadas, iguais e consecutivas de R\$ 2.970,79 (com duas casas decimais). A taxa de juros cobrada pelo fabricante é de 2% ao mês e o valor presente das prestações é de R\$ 58.000,00. No entanto, se a empresa tivesse adquirido o equipamento à vista teria pago R\$ 60.000,00.
31/10/12	As aplicações financeiras são classificadas como Mantidas Até o Vencimento. De acordo com as condições contratuais, elas rendem 1% ao mês. Sabe-se que o valor justo destas aplicações financeiras em 31/10/2012 é de R\$ 30.500,00.

O Ativo da Cia. ABC, em 31/10/2012, após o registro dessas operações, era

- (A) R\$ 247.500,00.
- (B) R\$ 247.300,00.
- (C) R\$ 245.500,00.
- (D) R\$ 245.300,00.
- (E) R\$ 243.800,00.

77. Considere as seguintes assertivas:

- I. A contrapartida de uma subvenção governamental recebida deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido, desde que não haja obrigações a serem cumpridas pela entidade.
- II. Uma obrigação julgada como possível deve ser reconhecida como Provisão, desde que o seu valor exato possa ser determinado e decorra de evento passado.
- III. Por proposta dos órgãos da administração, a assembleia geral poderá deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

78. Em relação aos fatores que podem ocasionar variações nos componentes patrimoniais, ativos e passivos, após serem integrados ao Patrimônio, considere as afirmativas a seguir:

- I. Atualização Monetária: os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis por meio do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.
- II. Valor Justo: os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.
- III. Custo Corrente: os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.
- IV. Valor Presente: os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações de uma entidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.





79. Considere as informações, a seguir, referentes ao exercício financeiro de X1 de uma entidade pública governamental:

	Em R\$ (1.000)
Previsão Inicial das Receitas	2.000.000
Previsão Atualizada das Receitas	2.040.000
Receitas Realizadas	2.050.000
Despesas Fixadas	2.000.000
Despesas Empenhadas	1.980.000
Despesas Liquidadas	1.900.000
Despesas Pagas	1.820.000

Com base nestas informações, é correto afirmar que, em X1 e em milhares de reais,

- (A) o excesso de arrecadação foi 230.000.
- (B) o valor inscrito em restos a pagar não processados foi 160.000.
- (C) o resultado de execução orçamentária foi superavitário em 150.000.
- (D) o valor inscrito em restos a pagar processados foi 80.000.
- (E) a variação no caixa em decorrência da execução do orçamento foi 60.000.
- 
80. Uma entidade sem fins lucrativos, como, por exemplo, uma associação de catadores de resíduos sólidos recicláveis, NÃO é obrigada, pelas Normas do Conselho Federal de Contabilidade, a elaborar
- (A) o Balanço Orçamentário.
- (B) a Demonstração do Resultado do Período.
- (C) a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (D) o Balanço Patrimonial.
- (E) a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- 
81. As normas de execução orçamentária no Brasil, após o advento da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,
- (A) permitem contrair, nos dois últimos quadrimestres do mandato, obrigação de despesa que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- (B) permitem limitar as despesas que constituem obrigações constitucionais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- (C) proíbem o Poder Executivo de limitar os valores financeiros dos Poderes Legislativo e Judiciário, segundo critérios definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, em qualquer situação.
- (D) proíbem a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, mesmo com restabelecimento da receita prevista.
- (E) exigem a limitação de empenho e movimentação financeira, caso não seja possível cumprir as metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

#### Normas de Auditoria Governamental

82. De acordo com a Constituição do Estado de São Paulo, o controle externo da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, das entidades da administração direta e indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, será exercido
- (A) pela Secretaria de Estado no âmbito de suas atividades.
- (B) pela Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, a quem cabe supletivamente elaborar a proposta orçamentária anual.
- (C) pelo Gabinete Civil do Governador do Estado.
- (D) pela Secretaria de Estado da Fazenda.
- (E) pela Assembleia Legislativa do Estado.



83. NÃO constitui uma recomendação que deve ser considerada pelos responsáveis pelo planejamento da auditoria governamental:
- (A) o conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão da entidade.
  - (B) o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados.
  - (C) a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria a serem utilizados, levando-se em conta a política de gestão de riscos da entidade.
  - (D) a rejeição do uso de trabalho de especialistas na área de atuação da entidade auditada, sob pena de comprometer o sigilo inerente aos trabalhos.
  - (E) a expectativa da entidade externada aos auditores internos antes do início dos trabalhos.
84. Para que os objetivos da auditoria governamental sejam atingidos, utilizam-se diversos tipos de auditoria no setor público. A auditoria
- (A) de gestão tem por objetivo verificar a eficácia e a eficiência das ações gerenciais e procedimentos operacionais das unidades auditadas.
  - (B) indireta é executada por servidores em exercício nos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno da entidade auditada.
  - (C) de acompanhamento de gestão tem por objetivo antecipar os trabalhos da auditoria de gestão, sendo realizada em tempo real ao longo do exercício.
  - (D) compartilhada não deve contar com o auxílio de órgãos e instituições privadas, de modo a garantir a lisura, o sigilo e a idoneidade das informações obtidas nos trabalhos.
  - (E) de desempenho tem por objetivo confirmar os valores apresentados pelas demonstrações contábeis da entidade auditada.
85. Considere as afirmações a seguir, que tratam dos procedimentos e métodos de auditoria:
- I. O rastreamento é uma investigação minuciosa, com exame de documentos, de unidades e órgãos que tenham procedimentos interligados, cujo objetivo é dar segurança à opinião do auditor.
  - II. Os procedimentos de revisão analítica compreendem a análise documental, a confirmação externa e a conferência dos cálculos dos dados produzidos pelo sistema de escrituração contábil da entidade.
  - III. Os testes de observância visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validação dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade auditada, com o objetivo de reduzir o risco inerente da auditoria.
  - IV. Os testes substantivos têm por objetivo a obtenção de uma segurança razoável de que os sistemas de controles internos implantados pela entidade estão alcançando seus objetivos, o que servirá de base para determinar a extensão dos procedimentos de auditoria.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
  - (B) III.
  - (C) I e II.
  - (D) II e IV.
  - (E) II, III e IV.
86. Considere as seguintes afirmações:
- I. Como a auditoria constitui uma investigação oficial de suposto delito por parte dos dirigentes ou funcionários da entidade auditada, o profissional que a executa recebe poderes legais específicos, tais como o poder de busca e apreensão, que podem ser necessários ao bom exercício de sua função.
  - II. O Certificado é o documento que representa a opinião do Sistema de Controle Interno sobre a exatidão e regularidade, ou não, da gestão e a adequação, ou não, das peças examinadas nas unidades orçamentárias auditadas.
  - III. O risco do método da amostragem em auditoria decorre da possibilidade que o auditor, ao utilizar a amostra, possa chegar a conclusões diferentes do que obteria se toda a população estivesse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
  - IV. O auditor é obrigado a manter sigilo sobre os dados e as informações que obteve nos procedimentos de auditoria, de modo que nem por determinação judicial ele poderá fornecer ou revelar documentos, dados e demonstrações da entidade auditada.
  - V. Um dos impedimentos pessoais para que o profissional execute a auditoria é possuir parente, imediato ou próximo, que seja diretor ou funcionário da entidade auditada.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
  - (B) I, II e V.
  - (C) II, III e IV.
  - (D) II, III e V.
  - (E) III, IV e V.
87. Em auditoria governamental, a relevância significa
- (A) o montante absoluto de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle objeto dos exames de auditoria ou fiscalização.
  - (B) a importância relativa ou o papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existentes em um dado contexto.
  - (C) o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a auditar ou fiscalizar, identificadas em uma determinada unidade ou programa.
  - (D) a condição imprópria, por ilegalidade, por ineficácia ou por ineficiência, de uma situação de uma dada gestão de recursos por uma unidade orçamentária.
  - (E) a utilização de recursos em desacordo com as normas e os riscos potenciais a que estão sujeitos as unidades gestoras.
88. Em auditoria, o denominado risco de detecção
- (A) independe da suficiência e adequação das evidências de auditoria coletadas pelo auditor para emissão de seu relatório.
  - (B) é uma função direta da eficácia dos controles internos da entidade que está sendo auditada.
  - (C) é invariável, qualquer que seja a atividade da entidade e as classes de transações por ela praticadas.
  - (D) existe independentemente da auditoria das demonstrações contábeis, ou seja, é inerente à entidade.
  - (E) está diretamente relacionado com a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria.



### Administração

89. No processo de planejamento de um projeto, caso seja impossível estimar com precisão o prazo de realização de algumas tarefas, tais tarefas
- devem ser excluídas do planejamento, pois não existem tarefas que não possam ser planejadas com precisão.
  - devem ser colocadas no fim do cronograma para não interferir no planejamento.
  - devem ser colocadas fora do caminho crítico e elaborado um planejamento em separado.
  - demandarão a suspensão da realização do projeto, pois tal situação é indicativa de inconsistência no planejamento.
  - deverão ser introduzidas no caminho crítico uma vez que não alteram o resultado final do projeto.
90. Na avaliação de projetos, são utilizados conceitos e técnicas visando a otimizar os recursos alocados. Entre essas técnicas, destaca-se
- o conceito de Valor Presente Líquido – VPL, que quando positivo indica o excedente monetário obtido e medido pela diferença entre o valor presente das entradas e o valor presente das saídas de caixa do projeto.
  - a Taxa Mínima de Atratividade – TMA, que indica o retorno efetivo e o total obtido pelo projeto após todos os investimentos necessários para que o projeto entre na fase de geração de caixa.
  - a Taxa Interna de Retorno – TIR, que indica o valor mínimo desejado para viabilizar a decisão de investimento em um determinado projeto.
  - o Índice de Lucratividade – IL, que é calculado pelo quociente entre o valor do investimento inicial de um projeto e o somatório das entradas de caixa desse projeto.
  - o prazo de recuperação de capital, ou período *payback*, que leva em consideração apenas o custo de oportunidade dos recursos alocados no projeto.
91. Na avaliação da estrutura de capital de uma empresa,
- considera-se a composição de suas fontes de financiamento de longo prazo composta por capitais de terceiros (patrimônio líquido) e de capitais próprios (exigível).
  - calculam-se os indicadores de custos variáveis e a margem de contribuição.
  - quanto maior o uso de recursos obtidos pela emissão de títulos de dívida, menor a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido.
  - avalia-se o período mínimo de recuperação dos recursos investidos e obtidos por meio de instrumentos de capital.
  - existe uma proporção ideal de recursos próprios e de terceiros utilizados pela empresa visando à maximização da riqueza dos investidores.
92. No caso de um produto popular que alcançou a maturidade no seu ciclo de vida, em um mercado heterogêneo e dinâmico, a estratégia mais adequada para retardar ou reverter a tendência ao declínio do produto no mercado é a
- verticalização do processo produtivo.
  - segmentação do mercado e diferenciação do produto.
  - desconcentração da cadeia de fornecedores.
  - redução dos custos de produção.
  - massificação do produto.
93. Um problema importante associado à aplicação prática da análise de sensibilidade em análise de risco é que
- ela não mede a correspondência do resultado do projeto *vis-à-vis* a uma variação (geralmente um desvio porcentual fixo) no valor de uma dada variável do projeto.
  - aplicado uniformemente sobre várias variáveis do projeto não leva em conta quão realística é a variação projetada no valor de uma variável de projeto testada.
  - para que a análise de sensibilidade conduza a resultados significativos, o impacto da incerteza não pode ser incorporado no teste.
  - quanto maior o número de distribuições de probabilidade empregadas numa simulação randômica, menor a chance de gerar cenários inconsistentes devido à dificuldade nas relações de configuração e monitoramento para variáveis correlacionadas.
  - a análise da sensibilidade é uma realização de algum entendimento do tipo e da magnitude da incerteza envolvendo as variáveis a serem testadas.
94. Considere a matriz abaixo, com as utilidades (ganhos) correspondentes a 3 possíveis decisões (D1, D2 e D3), conforme ocorrerem os acontecimentos A1 (menos desejável) ou A2 (mais desejável).
- |           |           |           |
|-----------|-----------|-----------|
|           | <b>A1</b> | <b>A2</b> |
| <b>D1</b> | 1         | 14        |
| <b>D2</b> | 2         | 10        |
| <b>D3</b> | 4         | 6         |
- O resultado da aplicação da estratégia MAXMIN, como critério de decisão em um ambiente de muita incerteza, é
- 1.
  - 6.
  - 14.
  - 4.
  - 10.

**Economia – Setor Público**

95. Uma economia de mercado com controle social tem como característica básica a
- (A) intervenção do Estado no setor produtivo da economia, por meio da substituição do mercado como sinalizador da alocação de recursos pelo planejamento centralizado da produção dos bens e serviços da economia.
  - (B) designação ao Estado das tarefas primárias de defesa nacional e administração da justiça, cabendo ao setor privado a produção dos demais bens e serviços.
  - (C) criação, pelo Estado, de um marco legal suficiente flexível e mutável, que não imobilize a livre iniciativa dos agentes econômicos, já que a livre concorrência conduz a economia à eficiência econômica.
  - (D) inexistência de qualquer ação do Estado para proteção às pessoas economicamente inativas, exceto a de fornecer recursos orçamentários para entidades privadas de assistência social, que estão melhor equipadas para executar essa função.
  - (E) garantia da livre competição e da estabilidade monetária por meio do Estado, com instituições de controle e regulação dos mercados, para que esses sejam capazes de funcionar e criar preços relativos reais e eficientes.
96. Segundo a classificação de Richard Musgrave sobre as funções do setor público (Estado), em economias de mercado, é correto afirmar:
- (A) Faz parte da função distributiva do Estado a produção de bens e serviços de infraestrutura, já que estes beneficiam principalmente a população carente.
  - (B) O Estado desempenha sua função estabilizadora na economia ao diminuir impostos quando a economia está em depressão.
  - (C) O programa bolsa-família é um exemplo da função alocativa do Estado, já que o Estado minimiza a pobreza ao alocar recursos para os mais pobres.
  - (D) Produzir bens públicos é um exemplo da função estabilizadora desempenhada pelo Estado.
  - (E) O Estado desempenha bem sua função distributiva quando cobra impostos progressivos sobre a renda e efetua gastos que beneficiam as pessoas de maior nível de renda.
97. Um dos requisitos desejáveis para um bom sistema tributário é que atenda ao princípio da equidade, também denominado capacidade de pagar. Um imposto sobre a renda das pessoas físicas em que haja uma alíquota fixa qualquer que seja o valor do rendimento tributável e em que não haja limite de isenção
- (A) é injusto, porque a utilidade marginal da renda é crescente.
  - (B) é regressivo, porque as classes mais pobres pagam menores valores de impostos já que recebem menos.
  - (C) é proporcional.
  - (D) é progressivo, porque as classes mais ricas, por terem mais renda, são penalizadas.
  - (E) tem como característica garantir a equidade vertical na hipótese de a utilidade marginal da renda ser decrescente.
98. São características apresentadas simultaneamente pelos bens públicos:
- (A) Consumo rival e possibilidade de exclusão no seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.
  - (B) Externalidades positivas e consumo rival.
  - (C) Consumo não rival e impossibilidade de exclusão do seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.
  - (D) Externalidades negativas e possibilidade de exclusão do seu consumo por quem não se disponha a pagar pelo bem.
  - (E) Utilidade marginal decrescente e externalidades negativas.
99. Sobre as despesas públicas, é correto afirmar:
- (A) A amortização da dívida pública é uma despesa de capital.
  - (B) O pagamento da dívida ativa a um órgão público é uma despesa de capital.
  - (C) Inversões financeiras efetuadas pelos órgãos públicos são consideradas despesas correntes.
  - (D) O pagamento de juros sobre a dívida pública é considerado despesa de exercícios anteriores.
  - (E) A remuneração paga aos aposentados e pensionistas de um órgão público é classificada como transferência de capital.
100. De acordo com a teoria microeconômica convencional,
- (A) impostos do tipo *lump-sum*, ou seja, com valores fixos, independentemente do nível de produção das empresas, alteram significativamente a quantidade de bens ofertados pelas empresas em mercados concorrenciais.
  - (B) em mercados altamente concorrenciais, quanto menor a elasticidade-preço da demanda dos consumidores, menor a possibilidade de o produtor repassar o ônus do pagamento de um imposto sobre vendas aos preços.
  - (C) impostos sobre vendas com alíquotas diferenciadas por produtos não influem significativamente na alocação de recursos da economia pelo setor privado.
  - (D) a existência do chamado “peso morto da tributação” na incidência de impostos sobre vendas decorre do fato de que o preço pago pelo consumidor não é igual ao preço recebido pelo produtor, do qual está deduzido o valor do imposto.
  - (E) um imposto progressivo sobre a renda com baixas alíquotas médias e altas alíquotas marginais interfere menos nas decisões de trabalho *versus* lazer dos contribuintes que uma alternativa com alíquotas marginais mais baixas.